

Na festa com os trabalhadores: política e cultura associativa no sul da Bahia, 1920-1930.

PHILIFE MURILLO SANTANA DE CARVALHO¹

As comemorações do dia da República ocorridas em Ilhéus no ano de 1925 tiveram uma extensa grade de atividades e cerimônias, contando com a presença de diversas entidades recreativas, musicais e trabalhistas do município. Como parte das festividades, entre inaugurações do calçamento da Rua Conselheiro Dantas e desfiles de alunos das escolas locais, foi realizado um grande encontro entre as organizações operárias da cidade e a Filarmônica 1º de maio, agremiação musical procedente do distrito de Água Preta (atual Uruçuca). Em meio a uma recepção de efusivas saudações, os visitantes foram recebidos às 12 horas na *gare* da *state* pelo Sr. Armindo Martins, que em nome da Euterpe 3 de maio, filarmônica ilheense ligada a União Protetora dos Artistas e Operários, conduziu-os à sua sede. Lá, os visitantes seriam recebidos também pelo intendente municipal Mário Pessoa. (APMIJM, *Correio de Ilhéus*, 1925: 1).

Ao chegar a sede da Euterpe 3 de Maio, os membros da filarmônica 1º de Maio foram saudados por vasta assistência, sendo prestigiado também por representantes de outras sociedades locais, tal como a citada União Protetora, a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus e o Grêmio Olavo Bilac, além da Associação Comercial de Ilhéus, representando as “classes conservadoras” da cidade. Após os cumprimentos realizados entre as pessoas presentes no ato receptivo, o orador da entidade de Água Preta, Sr. Antonio Araújo, promoveu um discurso dirigido às autoridades públicas e as sociedades ali presentes. (IDEM, *Ibidem*) O discurso proferido foi parcialmente transcrito pelo *Correio de Ilhéus*, órgão de imprensa de Antonio Pessoa (pai do intendente Mario Pessoa e membro do Partido Republicano Democrata) (SAMPAIO, 1999; SARMENTO, 2009; FALCON, 1995; RIBEIRO, 2001)² e gerenciado por Correia do Carmo, este último presente na solenidade em questão.

¹ Professor do Instituto Federal da Bahia – campus Valença. Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia.

² Antonio Pessoa se consolidou como uma das principais lideranças políticas do sul da Bahia a partir do ano de 1912, com a ascensão do Seabra ao poder estadual. Sua influência política vigorou de forma intensa até o fim da Primeira República, apesar dos deslocamentos de suas bases políticas com a

Em sua fala, Antonio Araújo reverenciava as entidades ilheenses presentes “sob a árvore frondosa da *concordia, do progresso e da união*” (grifos meus) e referindo-se às associações de trabalhadores locais, sublinhou o “*operariado pacífico e moderado*, companheiro inseparável do trabalho, na representação do seu órgão: a Sociedade União Protetora dos Artistas” e ressaltou, ainda, que “as esperanças vigorosas e sadias de um povo, aos rebentos promissores da Pátria, para a mocidade que amanhã formará os esteios sustentadores da integridade”, dirigindo-se à agremiação dos empregados no comércio. Em referência à presença de Mário Pessoa, o orador destacou o “alto e criterioso descortino de ação benéfica que imprime aos interesses coletivos [...] na consideração de um povo lavrador incansável no campo das ações úteis e progressistas, a quem, por certo, o futuro reserva os mais altos destinos do cenário da política moderada e sadia da nossa terra” (APMIJM, Correio de Ilhéus, 1925).

Logo após o término do discurso de Antonio Araújo, o intendente Mario Pessoa tomou a palavra e, em agradecimento às referências do orador da filarmônica 1º de Maio, replicou em suas conclusões que se “achava satisfeito para com as provas dadas pelo povo [...] e esperava que *as harmonias ali ouvidas* repercutissem por todos os departamentos sociais e pelo engrandecimento e felicidade” do município (grifos meus). Após a fala do intendente, a programação das comemorações do dia da República teve prosseguimento no palacete municipal, onde o intendente recebeu o professorado do município e, posteriormente, assistiu ao desfile cívico das escolas locais. As duas filarmônicas ainda participaram da sessão cívica dos professores, tocando o hino nacional e presenciando também a inauguração do calçamento da Rua Conselheiro Dantas. As festividades das agremiações musicais foram finalizadas por volta das 18 horas, quando a filarmônica 1º de maio foi conduzida para a estação da Estrada de Ferro. As despedidas ficaram a cargo de Ananias Rabelo e Nelson Schaun, representando a Euterpe 3 de maio e a União Protetora, respectivamente (IDEM, *Ibidem*).

As festividades em torno dos 36 anos da proclamação da República no Brasil em Ilhéus seguiram as tradições das comemorações cívicas e patrióticas levadas a cabo em diversas partes do país. O ato cívico era um meio encontrado para reforçar o envolvimento das classes populares com os valores republicanos levantados em

queda do seabrismo em 1924. Sobre a política partidária baiana do final da Primeira República.

narrativas de fundação do regime democrático, personagens heroicos e símbolos unificadores que visam denotar uma uniformidade e harmonias dos interesses políticos entre os diferentes grupos sociais (CARVALHO, 1990). Mas não é necessariamente isso que apenas chama à atenção. O olhar se volta para a forma com que os trabalhadores e suas organizações associativas estavam inseridas nos rituais simbólicos do “15 de novembro”. A participação das entidades trabalhistas na programação cívica parece sinalizar a necessidade de integrar os trabalhadores no programa cívico e ideológico construídos pelas autoridades políticas, notando o reconhecimento que estas instituições obtinham dos setores políticos da cidade. Em contrapartida, este evento também faz referência a capacidade de organização, vindo dos setores populares, ainda que pautados em valores patrióticos e cívicos, no sentido de demarcar suas posições frente ao poder público.

No início da década de 1920, trabalhadores de Ilhéus e de Itabuna promoveram o aparecimento de diversas entidades associativas, em sua maioria de caráter mutualista e recreativo. Estas instituições conseguiam mobilizar uma parcela da população pobre que procurava se diferenciar do restante do *populacho* reforçando os princípios da ética do trabalho e de valores dentro da ordem política (patriotismo e civismo) e religiosa (cristã). O discurso proferido por Antonio Araújo defendendo a “árvore da concórdia, do progresso e da União” é um sinal de como isso acontecia. Foi nesse contexto que surgiram a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna (1919), a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (1920), a União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus (1922), a Sociedade União Protetora dos Estivadores do Porto de Ilhéus (1919), apenas para citar aquelas mais salientes que apareceram no marco limite de 1930. A partir destas organizações, trabalhadores de diversas áreas do mercado conseguiram fazer-se presente diante das autoridades políticas para defender seus interesses e reivindicar seus direitos.

Se por um lado os trabalhadores arregimentavam seus esforços para construírem entidades representativas, por outro havia um acompanhamento destas atividades por parte das autoridades políticas e intelectuais, através da imprensa e do poder público. Não é por acaso que em resposta ao discurso de Araújo, o prefeito Mário Pessoa deixou expresso seu desejo de que a harmonia reinasse entre aqueles departamentos sociais

(PESSOA, 1994)³. Não obstante, estas elites políticas buscaram meios de manterem-se próximas destas organizações, contemplando sua representatividade ao convidar seus membros para inaugurações, festividades e discussões públicas. O controle sobre as atividades exercidas e a proximidade com os líderes destas entidades, por vezes, poderiam resultar em vínculos políticos nas eleições locais e nacionais (CASTELUCCI, 2008)⁴.

Diante disso, as questões fundamentais a serem discutidas neste artigo são: 1) Pensar de que forma essas organizações processaram sua relação com as autoridades locais nos âmbitos políticos e culturais da sociedade do sul da Bahia (notadamente Ilhéus e Itabuna) na década final da Primeira República; 2) Perceber de que maneiras as elites políticas desta região lançavam seus olhares para os trabalhadores associados nestas agremiações; 3) em um diálogo crítico com as produções dos historiadores do sul da Bahia, estabelecer uma discussão historiográfica sobre a noção de paternalismo inerente ao estudo de Thompson. Para dar conta destas questões, foram consultadas em sua maior parte a documentação da imprensa e documentos internos de sociedades de trabalhadores em Itabuna e Ilhéus.

Comemorações, patriotismo e o “Bom Trabalhador”

A vida associativa entre os trabalhadores do sul da Bahia era permeada de rituais, datas comemorativas e festividades. Em geral, o calendário de eventos seguidos pelas organizações operárias se sintonizava com as datas cívicas municipais, estaduais e nacionais (2 de julho, 7 de setembro, 15 de novembro), as datas religiosas (principalmente as festas de Padroeiro de cada cidade e os padroeiros de cada entidade. A União do Estivadores do Porto de Ilhéus, por exemplo, comemorava o dia de São Sebastião), as datas ligadas ao trabalhador (1º de Maio) e suas agremiações específicas (data de fundação de cada entidade). Estas festividades construía no meio dos trabalhadores o que Cláudio Batalha chama de “cultura associativa”, a qual se define pelo “conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de

³ Além de pertencer a um dos grupos políticos mais representativos da política regional, Mario Pessoa assumiu em sua gestão de 1924-1926 uma postura de modernizador e civilizador de Ilhéus, promovendo reformas urbanas em ruas e avenidas e publicando o código de posturas, regulamentando o padrão urbano para os cidadãos ilheenses.

⁴ Estudos sobre a participação da classe trabalhadora na política eleitoral da Bahia na Primeira República dão conta de que as organizações de trabalhadores tiveram significativa importância no jogo político estadual.

mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organizações mais antigas” (BATALHA, 2004: 99). Por isso, elas nos trazem importantes elementos para entender, a partir desses rituais e valores culturais, como estes eventos compunham um calendário de sociabilidade que sinalizavam o grau de organização da classe trabalhadora na região. Outrossim, permite observar o teor das relações dos trabalhadores com as autoridades políticas, sem perder de vista os interesses em disputa entre estes dois grupos sociais.

Em Itabuna, uma das sociedades de trabalhadores mais sólidas era o Monte Pio dos Artistas, instituição fundada em 1919, por um grupo de artesãos de ofícios, que variavam entre marceneiros, ourives, pedreiros, tanoeiros e capinas. De acordo com os estatutos, a sociedade deveria intervir junto aos “altos poderes da União, do Estado e do Município, por meio suasórios e cortesias, sempre que estiverem em jogo os legítimos interesses das classes artísticas, principalmente no que diz respeito ao cumprimento fiel da ‘Lei de Acidentes no Trabalho’” (ASMPAI, Estatutos da SMPAI, 1928: 10). Está presente no Monte Pio de Itabuna um relevante caráter mutualista, cuja intenção era construir uma organização que pudesse representar os interesses de seus associados, oferecendo espaço para o desenvolvimento de uma rede de sociabilidades e de práticas de solidariedades que contribuía para a sobrevivência dos mais pobres frente às intempéries da economia e da política brasileira. Como se viu também pelos estatutos era uma entidade que não tinha como tática o enfrentamento direto com as autoridades políticas na estratégia de conquistar benefícios e direitos para a “classe artística”.

Nos estatutos da Sociedade Monte Pio de Itabuna estavam também previsto um calendário que deveria ser comemorado sempre que possível. Entre as datas, estavam destacadas a necessidade de celebrar “festivamente a data de sua fundação (1º de novembro) e, sempre que for possível, os dias de festa nacional, principalmente o dia 1º de maio, universalmente consagrado ao Trabalho” (IDEM, Ibidem: 11). Para cumprir com esta determinação, os membros do Monte Pio contavam com dois instrumentos essenciais: a escola Manoel Vitorino, fundada desde 1921; e a Filarmônica Euterpe Itabunense, criada em 1925. A Euterpe Itabunense, por sinal, foi inaugurada exatamente em uma data cívica – 7 de setembro – sendo assistida por diversas autoridades municipais, entre eles, Laudelino Lórens, intendente de Itabuna, e o deputado estadual Dr. Ruffo Galvão. Logo no dia de sua fundação, a banda musical já participou da

inauguração do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, umas das entidades mais importantes para as elites de Itabuna (CEDOC/UESC, *A Época*, 1925: 43).

O compromisso de participar das datas cívicas era cumprido com certo rigor pelos membros da sociedade. Os jornais de Itabuna noticiavam com frequência a participação do Monte Pio e de sua filarmônica em diversos acontecimentos. Comum era que os membros destas agremiações aproveitassem estas ocasiões para angariar recursos e/ou para estreitar laços com autoridades políticas da cidade. Uma evidência dessa condição foi mais uma vez a celebração do dia da independência do Brasil, só que desta vez, no ano de 1923. Anunciado pelo *Jornal de Itabuna*, o periódico informava que a “benemérita instituição que tão nobres e relevantes serviços vêm prestando à grande classe proletária [...] tenciona realizar uma conferência cívica na data de 7 de setembro”. Segundo a notícia, a palestra programada era em prol da manutenção das “aulas noturnas, onde [sic] dezenas de crianças recebem sorridentes o pão grandioso da instrução” (CEDOC/UESC, *Jornal de Itabuna*, 1923: 1). O responsável pela conferência seria o Dr. Salomão Dantas, advogado e membro do Partido Republicano Democrata, legenda que abandonaria em 1924 para se juntar a Concentração Republicana, elegendo-se deputado estadual.

Havia ainda na programação das comemorações da independência um ato solene para a colocação do retrato do coronel José Kruschewsky, naquela oportunidade intendente do município na sede social do Monte Pio. A justificativa para tal homenagem era concessão do título de sócio benemérito para o coronel, a qual havia sido aprovada pela diretoria da sociedade agosto de 1923 (ASMPAI, *Livro da Diretoria*, 1923: 17). Provavelmente, tal honraria se deveu em razão de Kruschewsky ter destinado subvenções municipais para a sociedade em prol da manutenção da Escola Manoel Vitorino (ASMPAI, *Livro da Diretoria*, 1922: 39). A proximidade entre as agremiações operárias e as autoridades políticas foi muito comum durante a década de 1920. A pesquisa em andamento tem demonstrado que esta relação tinha um duplo caminho. Do lado dos trabalhadores, a presença de intendentes, deputados e, até governadores, garantiam o reconhecimento do poder público necessário para reivindicar subsídios financeiros do Estado; do lado das figuras políticas locais, o apoio que desejavam para montar suas bases eleitorais.

Mas ainda no que concerne às datas cívicas, as celebrações organizadas respondiam ao interesse de vincular os valores patrióticos ao reconhecimento positivo das organizações trabalhistas frente à comunidade regional. Datas simbólicas da nação, tais como 7 de setembro, 15 de novembro e 2 de julho, alimentavam o entendimento de que os grêmios de trabalhadores atuavam em busca do progresso e da civilidade do país, justificando sua importância junto às classes dominantes para aglutinar pessoas e legitimar seus interesses junto as autoridades políticas. Por exemplo, ainda no ano de 1923, esteve prevista a organização de um congresso que deveria reunir as entidades de artistas e de operários do sul da Bahia, cuja sede do evento seria exatamente a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna. A data escolhida para o congresso foi o 2 de julho. O evento não chegou a ser realizado, mas parece claro que a intenção era aproveitar os festejos do centenário de independência da Bahia para reivindicar benefícios e o cumprimento de leis, como a de prevenção a acidentes. Em março de 1923, o presidente do Monte Pio, sr. Flaviano Moreira justificava que “A Bahia, no dia 2 de julho próximo, comemorará seu centenário, e em tal data em que o nosso estado completa mais um ano de glória seria de grande alcance se pudéssemos organizar o 1º congresso composto de artistas e operários, afim de que, nele, se tratasse do soerguimento da classe” (CARVALHO, 2010).

Também as sociedades de trabalhadores ilheenses cumpriam a tarefa de comemorar as datas cívicas com o fito de projetar seus grêmios em torno de valores patrióticos. Em 1925, a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus e a Colônia de Pescadores Z 10 se reuniram para elaborar a programação de comemoração da independência da Bahia em Ilhéus. Estavam previstas atividades com os pescadores desde as cinco horas da manhã até às vinte horas no Pontal ⁵, quando se realizariam as quermesses para angariar recursos para as instituições. Em face destas realizações, o *Correio de Ilhéus* ressaltava as iniciativas dos comerciários, afirmando que “esta útil agremiação que tanto tem trabalhado pelo engrandecimento da classe, está projetando festas em homenagem aos heróis do 2 de julho” (APMIJM, *Correio de Ilhéus*, 1925: 1). Ainda em face daqueles festejos, a União Protetora que esteve representada nas atividades da colônia de pescadores, enviou mensagem ao governador do estado, informando que “conjugada pelos sentimentos do mais legítimo patriotismo, apresenta-

⁵ Arrabalde vizinho, atual bairro de Ilhéus.

se nesse momento de entusiasmo, com as mesmas disposições de bem obedecer [...] os filiados a colônia Z 10” (APMIJM, Correio de Ilhéus, 1925: 2).

Os trabalhadores de Ilhéus e Itabuna, ao adotar os valores cívicos e patrióticos nas manifestações culturais de suas organizações, construíam para si uma identidade positiva frente aos poderes públicos e aos patrões. Esta identidade contribuía decisivamente para que estes trabalhadores agremiados se distinguissem do restante das pessoas pobres, visto de forma pejorativa pelos poderes públicos e pelas classes dominantes como uma categoria “perigosa”. Além disso, as comemorações de datas cívicas parecem sintonizadas com o lema assumido por boa parte das entidades existentes no sul da Bahia. A Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, por exemplo, tinha como *slogan* “Deus, Pátria e Família”. A identificação das agremiações a partir da tradição patriótica tão estimada pelas classes dominantes, associados com valores ligados a “ética do trabalho” (BATALHA, 1991/1992: 119-20)⁶, garantiam a legitimação social das representações institucionais da classe trabalhadora, como elementos ordeiros e harmônicos.

Essa identidade de classe ligada à construção do “bom trabalhador” era muito reforçada nas comemorações pela passagem do dia do trabalho nas agremiações do sul da Bahia. Em 1926, houve a realização de festas no centro de Ilhéus e no distrito do Pontal, reunindo as mais ativas sociedades daquela cidade. Participaram a União Protetora, a Associação dos Empregados no Comércio, a União dos Estivadores, a Colônia Z 10, em um evento que possuía uma série de atividades que iam desde uma missa na Igreja Matriz até a organização de um *jazz* na sede da União Protetora. O secretário deste último grêmio, ao agradecer os esforços das entidades participantes, não se esqueceu de dizer que as festividades “dizem muito alto dos sentimentos nobres e edificantes destes homens, estoicos e honestos, esteio dos mais sólidos, do grandioso edifício da Pátria [...] majestoso da moral e do civismo” (APMIJM, Correio de Ilhéus, 1926:1).

⁶ É importante lembrar a percepção de Claudio Batalha, quando afirma que muitas sociedades operárias se apropriaram da “ética do trabalho” como elemento de diferenciação do restante das classes subalternas. Esta ética trazia valores positivos, que construíam a noção do “bom trabalhador”, qual seja, qualificado, ordeiro, pacífico e dedicado ao trabalho.

O 1º de maio

Na maior parte dos casos, as agremiações de artistas e operários do sul da Bahia seguiam a tradição de celebrar o 1º de maio convidando um intelectual local para proferir as palestras, muitas vezes pertencente a associações ou partidos do patronato local. Também era comum que as palestras procurassem fazer uma retrospectiva histórica sobre o papel da classe trabalhadora nas sociedades ao longo do tempo. Em 1925, o Monte Pio dos Artistas de Itabuna promoveu uma assembleia solene para celebrar a data do trabalho, cuja direção da mesa ficaria a cargo de Reynaldo Sepúlveda, promotor da comarca de Itabuna. A conferência foi realizada pelo redator do jornal *A Época*, A. Cardoso de Menezes, ligado ao grupo político de Gileno Amado, liderança seabrista da cidade. Em sua fala, Menezes não poupou elogios aos trabalhadores de Itabuna, em torno de seus esforços para o engrandecimento da classe. O mote da palestra de Menezes parece ter recaído sobre os avanços do pensamento revolucionário que avançava no velho continente. Ele mostrava “o perigo das ideias brotadas daquele vulcão humano, que é a Rússia atual, padrão das ideias avançadas do anarquismo, que tenta assombrar o sangue das revoluções o proletariado do orbe inteiro” (CEDOC/UDESC, *A Época*, 1925: 2).

Na sua palestra, Cardoso de Menezes ainda fez questão de destacar que as ideias revolucionárias se tornavam fecunda em vista da crise que afeta a sociedade. Segundo ele,

a crise tremenda que domina o mundo é motivada, em grande parte, pelo choque entre o velho romantismo sociológico e as dolorosas provações das revoluções sociais. Critica ainda a obra anarquista encarnada nestes Apolos tenebrosos da revolução social, que são: Bakunin e Kropotkin, vigorosos anarquistas; Hippius, narrador de coisas horrorosas; Vichniak, socialista revolucionário; Tassin, menchevista que adoça o veneno; Askarov e Gordin, anarquista-bolchevista e termina fazendo um elogio ao trabalho, numa página encantadora (IDEM, Ibidem).

O interesse de Cardoso de Menezes de enfatizar o perigo das ideias socialistas e anarquistas no seio da classe trabalhadora é sintomático de uma classe dominante que buscava preservar sua hegemonia local sem empecilhos ideológicos. Para os historiadores que acreditam que a política dos coronéis na Primeira República foi uma simples expressão do poder absoluto, as preocupações apresentadas pelo palestrante mostram o receio de figuras políticas locais em manter as organizações de trabalhadores distantes de qualquer influência dos pensamentos de esquerda e, conseqüentemente,

obediente à ordem política e social local. Certamente, as manifestações operárias na capital baiana, no sul do país e na Europa, no raio de circunferência das ideias de esquerdas, pulsavam na cabeça das autoridades locais (CASTELUCCI, 2004; SILVA SANTOS, 2001) ⁷. Por isso, o 1º de maio era uma data na qual se buscava enaltecer a figura do “Bom Trabalhador”, ordeiro, pacífico e obediente durante a década de 1920, tanto por parte das elites como por parte destas organizações. Na mesma reunião em Menezes proferiu sua palestra, em comentário Flaviano Moreira, sócio fundador do Monte Pio de Itabuna, destacou os “mártires da tragédia ocorrida há 39 anos em Chicago” (CEDOC/UESC, A Época, 1925) para sinalizar a importância de manter coesa a classe e buscar o reconhecimento das autoridades por melhores condições de trabalho (RALLE. IN: BATALHA, 2004: 83-84)⁸.

As festividades cívicas e operárias realizadas nas associações no sul da Bahia apontam para a existência de um espaço em que trabalhadores e patrões evidenciavam visões e expectativas sobre o que deveria ser a classe trabalhadora na região. Embora não expressassem efetivamente da ideia de luta de classe em seus discursos, são reconhecidas as diferenças políticas e sociais nas relações de trabalho, e, por isso, buscar sempre um projeto de colaboração no modo de dominação erguido entre Ilhéus e Itabuna. As fontes produzidas pela década de 1920 sugerem que a luta de classe existente se fundava em uma peça paternalista, cujos atores disputavam interesses políticos e negociavam certos benefícios em prol de suas organizações partidárias e sociais (THOMPSON, 1998: 27-30) ⁹. O fato é que diante das iniciativas das associações operárias do sul da Bahia, as autoridades políticas sentiam a necessidade de se fazer presente para sugerir os rumos deste associativismo da classe trabalhadora e exercer sua influência política na concessão de subsídios financeiros públicos.

As comemorações do dia do trabalho do ano de 1928, ocorridas em Itabuna, mais uma vez na sede do Monte Pio dos Artistas local oferece um sinal de como as

⁷ Lembra-se aqui das greves operárias promovidas no ano de 1919 na capital baiana, notícias que muito provavelmente chegaram aos ouvidos das autoridades políticas sul-baianas.

⁸ As referências aos mártires da tragédia de Chicago nas comemorações do dia do trabalho remontam ao início do século XIX na Europa e ao início do século XX no Brasil, como símbolo da exploração sobre os trabalhadores e da necessidade de direitos trabalhistas por acidentes no serviço.

⁹ A noção de Paternalismo aparece aqui delineada sobre a influência thompsoniana, entendendo-a como uma postura em que o relacionamento entre patrões e trabalhadores ocorre em um corrosivo jogo de interesses que pode se firmar em acordo (negociação) ou conflito entre estas classes antagônicas.

relações entre autoridades políticas e a classe trabalhadora ocorriam. Naquela oportunidade, os consócios da entidade, Srs. Leopoldo Freire, Quintino Souza, Nicéas Rocha de Oliveira e Teodorico José de Oliveira convidaram o conhecido advogado local, membro do Partido R. Democrata (aliado político de Gileno Amado) e redator do Jornal *A Época*, Gomes Whinter para proferir uma palestra sobre “O trabalho e o trabalhador através do tempo”. Como de costume, estavam presentes diversas autoridades políticas, religiosas e públicas na sede social dos artistas. A mesa da palestra estava composta por personalidades como cônego Hortêncio Vieira dos Santos (importante figura da paróquia local), atuando como presidente; Dr. Moreira Caldas, promotor da comarca de Itabuna; e Dr. Deocleciano Portela, delegado de polícia local, representante do intendente municipal e membro do Partido Republicano da Bahia (CEDOC/UESC, *A Época*, 1928: 2).

Em sua palestra, Gomes Winther retornou a uma questão abordada por Cardoso de Menezes três anos antes, qual seja, a de alertar os trabalhadores locais sobre os “riscos” das ideias de esquerda. No discurso, o palestrante se posicionou “combatendo as utopias do comunismo” e que “fez a desgraça da Rússia, e está, [...] cavando a desgraça na China, pondo em perigo outros países da Europa e da América”. Após sua incursão internacional, Whinter se deslocou para o Brasil, dizendo que os operários nacionais, “nos terrenos das reivindicações, tem muito pouco a fazer, pois a República desconhece os foros de nobreza, igualando todos perante a lei”. Destacou ainda que as leis da Constituição de 1891 eram as melhores possíveis, pois colocavam em igualdade de condições todos os cidadãos, diferente do que ocorria anteriormente. Lembrou também que as emendas aprovadas ultimamente, levaram à criação da Lei de Acidente no Trabalho (IDEM, *Ibidem*).

Gomes Winther guardou suas considerações sobre os trabalhadores locais para o final de sua palestra. Nelas, o redator do *A Época* exortou a boa conduta dos operários itabunenses e aconselhou-os:

*A procederem como até hoje vem procedendo, dentro da ordem, sem se contaminarem com elementos perniciosos que procuram explorar a boa fé e a simplicidade dos operários. [...] O Monte Pio deve continuar a manter sua escola noturna e fundar uma biblioteca de obras cuja leitura seja útil a seus sócios sob o ponto de vista técnico e moral, [...] obras de Marden e Samuel Smith, dignas de serem meditadas pelo operariado (IDEM, *Ibidem*).*

Os comentários sobre a palestra após o seu término foram de júbilo e de agradecimento. Na oportunidade, usou da palavra o sr. José Olimpio de Souza, afirmando que o palestrante soube argumentar qual seria o papel do operário frente ao capital e ao livro. Participou também da fala final Benedito Profeta, ressaltando a relação entre o “otimismo e o operário” (ASMPAI, Livro de Álbum Social, 1928: 77-77v).

As exortações realizadas por Winther esclarecem a visão das autoridades políticas e das classes dominantes sobre o que deveria ser a conduta e a moral dos trabalhadores. Conforme já enfatizado, o palestrante era um ícone profissional e político em Itabuna. Além de escrever pelo *A Época* (órgão de imprensa do PRD, liderado por Gileno Amado), ele atuou também pelo *Jornal de Itabuna* (órgão de imprensa do sr. Lafayette Borborema, influenciado pelo Partido Republicano da Bahia) de 1929 até 1931. Era conhecido pela experiência nos tribunais da região, tendo a simpatia e a admiração de vários de seus colegas (CEDOC/UESC. Diário da Tarde, 1931: 4). Por esta trajetória e suas vinculações políticas e profissionais, é possível defender que as palavras de Winther eram a expressão do pensamento daqueles que compunha os grupos políticos dominantes do sul da Bahia. Um posicionamento que evidencia uma vez mais a atenção dada às atividades festivas dos trabalhadores pelos personagens patronais e a preocupação em manter as associações de classe subserviente à ordem política de controle e de obediência.

A elaboração de um ideal de trabalhador (circunscrito a ordem e a colaboração de classes) fica mais claro ao pesquisar as influências filosóficas de Gomes Winther. Nas recomendações ao Monte Pio dos Artistas de Itabuna, o palestrante sugeria que fosse criada a Biblioteca daquela agremiação e que se adquirissem obras de Marden e Samuel Smith. Sobre este último não foi encontrada muitas informações. Em relação ao primeiro, Orison Swett Marden foi um pensador norte-americano que viveu entre 1850 e 1924, famoso por escrever livros de teor motivacional para leitores que desejavam encontrar caminhos para o sucesso e a prosperidade. Uma das obras mais lidas foi *How to succeed or stepping stones to fame and fortune* (Como ter sucesso ou trampolins para fama e fortuna), marcada por defender a tese de que as vitórias se conseguem com o esforço próprio e dedicação ao trabalho¹⁰. Ao que parece, o pensamento de Marden está

10 Informações disponíveis no site <http://orisonswettmarden.wwwhubs.com/>. Acessado em 1/3/2011. Por este canal, também é possível acessar os *e-books* deste autor.

bastante sintonizado com a nova ética do trabalho vigente com a república, em que a valorização dos sujeitos se pautava na boa conduta, poupador, laborioso e preocupado com sua ascensão social na ordem liberal burguesa. Em si, este paradigma filosófico encaixava-se de forma adequada com a preocupação das autoridades políticas em manter a classe trabalhadora envolvida com um padrão cultural de conformação e de assimilação dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais.

Uma amostra de como o posicionamento de Gomes Winther era compartilhado por seus pares de classe foi a repercussão que o texto o “Trabalho e o trabalhador através dos tempos” obteve na imprensa de Itabuna. Quase um ano e meio, o *Jornal de Itabuna* noticiava que, depois de ter sido elogiado por diversas pessoas da cidade, o título sairia publicado sob a forma de folheto pelas oficinas tipográficas daquele semanário. Informava ainda que o prefácio da obra seria produzido pelo promotor Boaventura Moreira Caldas, o mesmo com quem dividiu a mesa nas comemorações de 1º de maio na sede do Monte Pio dos Artistas. Ao finalizar, a nota esperava que o folheto encontrasse “franco apoio e terá muita procura, principalmente entre o operariado, a quem muito interessa” (CEDOC/UESC, *Jornal de Itabuna*, 1929: 1). Infelizmente, a pesquisa empreendida ainda não encontrou a obra publicada. O que se sabe dela é por meio de uma resenha produzida por L. A. Souza, que se auto-identificou como “humilde operário”. Segundo a descrição da estrutura da obra, o livro seguia fundamentalmente as mesmas questões abordadas na palestra. O mais valioso é que o resenhista elencava os agradecimentos de Winther, revelando suas vinculações políticas locais. Entre eles, figuravam Gileno Amado, Cordeiro de Miranda, Soriano Neto, Laudelino Lóres (todos vinculados ao PRD); Reynaldo Sepúlveda, Lafayette Borborema e Deocleciano Portela (filiados ao PRB) (IDEM, *Ibidem*: 4).

Desta forma, a presença de figuras como Cardoso de Menezes e Gomes Winther nas comemorações do dia do trabalho das agremiações operárias de Itabuna era um reconhecimento do poder de organização e mobilização que os trabalhadores conseguiram construir ao longo da década de 1920. Essa arregimentação em torno de entidades representativas provavelmente fosse algo novo ou pouco habitual para a sociedade do sul da Bahia. Um sintoma dos novos tempos de mobilização dos trabalhadores era o esforço das entidades de classe para comemorar o 1º de maio em Itabuna e Ilhéus. Em 1923, a Assembleia da Sociedade Monte Pio dos Artistas de

Itabuna deliberava o envio de um ofício ao intendente municipal reclamando do comércio local por não ter respeitado a data dos operários (ASMPAI, Livro da Assembleia, 1923: 47v-49). Em Ilhéus, a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus precisou solicitar ao intendente Mário Pessoa que as lojas fechassem suas portas no dia do trabalho de 1925. Mesmo assim, a autorização concedida pela intendência foi apenas para que o encerramento das atividades comerciais ocorresse ao meio dia (APMIJM, Correio de Ilhéus, 1926: 1). Apesar da dificuldade, gradualmente formava-se uma cultura operária associativa no sul da Bahia formada por setores da classe trabalhadora proveniente dos artesãos, comerciários e ganhadores, lugares onde os “de baixo” exerciam sua expressão na sociedade e pressionavam os poderes públicos por direitos.

No entanto, as autoridades políticas locais procuravam sempre que possível está próximo destas associações de trabalhadores, buscando mantê-las afastadas de qualquer contato com as doutrinas de esquerda (socialismo e anarquismo). Em consonância com uma cultura operária que ressaltava seus valores no 1º de maio, esta era uma data em que os representantes de patrões e suas associações abriam espaço para elaborar uma imagem positiva do coletivo de trabalhadores, enfatizando uma postura pacífica, ordeira, neutra e sempre disposta a colaborar. Estes elementos, portanto, permitem refletir qual o lugar da classe trabalhadora na sociedade do Sul da Bahia e que relações foram estabelecidas com a classe dominante, autoridades políticas e patrões da região. Parte daí, pensar como o desenvolvimento de uma cultura associativa auxilia na discussão sobre o exercício de mando e de poder nas cidades do cacau.

Paternalismo, trabalhadores e cultura associativa no sul da Bahia, 1920 – considerações finais

A realização de festividades e de cerimônias cívicas e operárias no sul da Bahia parece oferecer fontes importantes de que as relações políticas e sociais exercidas na região foram bem mais dinâmicas e versáteis do que a historiografia baiana supôs durante algum período. A participação no calendário de datas simbólicas para a pátria e a elaboração de cerimônias para celebrar os 1º de maio são sinais da capacidade de mobilização e de autonomia do coletivo de trabalhadores no sentido de ocupar os territórios de representatividade da classe, demonstrando uma convivência fraternal e

ordeira. Surgindo em bom número na década de 1920 no eixo Ilhéus-Itabuna, as agremiações da classe viam na participação dos eventos festivos uma brecha para apresentar à sociedade sua força de atração sobre os trabalhadores e elaborar uma rede de sociabilidade que ajudava a formar aos poucos uma cultura associativa entre os populares.

Por sua vez, autoridades políticas e patrões parecem ter assimilado o aparecimento destas entidades ao dividir o mesmo palco com elas nas festas locais. Não apenas assimilado, mas consciente da necessidade de se fazer parêlo às suas atividades e reconhecer seu poder de representatividade entre os trabalhadores urbanos da região. Por isso, não demorou a lançar seus olhares sobre este engajamento dos “de baixo”, tratando de construir sua imagem do que seria uma boa organização operária. Alertar sobre os perigos de ideias subversivas e reforçar uma ética do trabalho baseada na posituação dos ofícios de artesãos, comerciários e portuários parece denotar a sensibilidade da classe dominante perante os coletivos de trabalhadores. Fez notar sua preocupação em construir uma visão das relações de trabalho local fundada numa amistosa e fraternal colaboração de classes, cujo fim fosse o alcance do progresso da região.

Essa relação faz perceber que na prerrogativa de estabelecer suas relações de mando e de poder na composição da política e da sociedade do sul da Bahia, as autoridades políticas e econômicas da região sentiam a necessidade de acompanhar as atividades elaboradas pelos trabalhadores em suas agremiações. Fazendeiros e comercialmente, certamente, sabiam que o risco de um descuido com as organizações da classe trabalhadora poderiam levar à germinação de ideias socialistas ou anarquistas, assim como poderiam atrapalhar seu exercício de dominação, mesmo levando em consideração que a presença de comunistas na Bahia da década de 1920 não fosse muito numerosa (LINS, 2007). Assim, a ideia de que as relações paternalistas ocorridas no sul da Bahia se processavam somente à base do mando, da submissão e da passividade dos populares parece começar a ser superada por uma visão em que atenta ao seu próprio fazer-se enquanto classe, os trabalhadores ergueram uma cultura associativa, sustentada por uma rede de sociabilidade ativa, que forçaram as classes dominantes ficarem alertas e preocupados com a força da classe trabalhadora de Ilhéus e Itabuna.

Referências Bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?. In. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.12, n. 23-24, set.91/ago.92.
- _____; DA SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Philipe Murillo S. *Pelo levantamento das classes laboriosas: a trajetória política de Flaviano Moreira nos últimos anos da Primeira República no sul da Bahia*. Anais do IV seminário de pesquisa do LABELU, UEFS, 2010
- CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. (tese de doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008.
- CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004
- FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá/ Universidade Federal da Bahia, 1995
- FIEB, 2004; e SANTOS, Mario Augusto S. *A república do povo. Sobrevivência e Tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- LINS, Marcelo da S. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGH/UFBA, 2007.
- PESSOA, M. de C. *No tempo de Mário Pessoa*. Salvador: EGBA, 1994.
- RALLE, Michel. A Festa Militante. In. BATALHA, Claudio H. M; DA SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- RIBEIRO, André Luiz R. *Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1920)*. Ilhéus: Editus, 2001
- SAMPAIO, Consuelo N. *Os Partidos Políticos na Bahia da Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1999
- SARMENTO, Sílvia N. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Ruy Barbosa na política baiana da Primeira República*. (dissertação de mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2009.
- THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das letras, 1998.